

O POLICULTURALISMO E AS EVANGÉLICAS
(JUDAIZANTES E NÃO JUDAIZANTES):
UM DIÁLOGO COM MANOELA CARPENEDO

*POLYCULTURALISM AND EVANGELICALS (JUDAIZING
AND NON-JUDAIZING): A DIALOGUE WITH MANOELA CARPENEDO*

*Cecília Mariz*¹

Considero o artigo “*Pious and Polycultural: conversion, agency and moral torment among ‘Judaizing Evangelical’ women in Brazil*” de Manoela Carpenedo uma contribuição original e valiosa para entender a religião no Brasil. O texto é instigante e estimula reflexões e questões. Uma pesquisa é bem sucedida não apenas por trazer respostas, mas por gerar novas perguntas. Meus comentários, a seguir, destacam qualidades e novidades do artigo, mas também incluem várias questões. Nesse sentido, considero que este texto cumpre muito bem sua função acadêmica e científica.

O artigo de Carpenedo apresenta resultados de uma pesquisa de campo em um grupo evangélico brasileiro ainda pouco conhecido. A autora destaca que esse grupo faz parte de uma tendência evangélica relativamente recente no Brasil que valoriza de forma intensa o povo judeu, adotando seus símbolos e defendendo o sionismo. Com efeito, o chamado “sionismo cristão” tem crescido no sul global e também no Brasil nas últimas décadas, como mostram Freston (2020), Machado *et al.* (2022), entre outros. No entanto, o grupo específico estudado por Carpenedo vai muito além do sionismo cristão propriamente dito. Seus membros não apenas defendem Israel e Jerusalém para os judeus, mas querem ser, eles próprios, judeus. Argumentam que somente se é autenticamente cristão quem segue a Bíblia em sua totalidade, incluindo todas as prescrições judaicas descritas de Antigo Testamento em

¹ Doutora em Sociologia pela Universidade de Boston, Estados Unidos. Professora de Sociologia no Departamento de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: marizcecilial@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7839-3113>.

relação aos alimentos, vida sexual e vestimentas. Para se referir a esse grupo, a autora cunhou a expressão “*Judaizing Evangelical*” (“evangélicos judaizantes”). Sem dúvida, esse grupo é evangélico, como fica evidente na descrição de Carpenedo, mas é interessante notar que as entrevistadas citadas na pesquisa, cujas falas estão transcritas no artigo, identificavam-se simplesmente como “judias” e afirmavam o desejo de serem vistas como verdadeiras judias e se distinguirem dos evangélicos, identidade que tinham no passado. Uma entrevistada relata, por exemplo, que quando perguntaram o motivo do uso de um lenço ou véu na cabeça, como uma freira, ela respondeu que usava o véu porque era “judia”. A primeira pergunta que surge dessas falas é se de fato o grupo se vê como judeu e rejeita ser considerado evangélico, ou se aquelas falas de mulheres citadas no texto, que sugerem isso, podem não ser compartilhadas pelo grupo como um todo.

Há, por várias décadas, movimentos similares a esse, tanto nos Estados Unidos como em outras partes do mundo. No Brasil, Carpenedo observa que o fenômeno é bem mais recente e o grupo estudado tem cerca de 15 anos. Além de recente, é relativamente pequeno e surgiu a partir de uma igreja evangélica. No texto não há outros detalhes sobre como foi esse processo de transformação, mas entendi que a conversão a esse judaísmo evangélico teria ocorrido de forma coletiva. Será que entendi corretamente? Teria a liderança da igreja conduzido a transformação de todos os membros? Será que as mulheres entrevistadas refletiram e avaliaram individualmente a adesão a esse projeto ou ela resultou do desejo de seguir o marido e os demais membros da igreja? Nos relatos de adesão às igrejas evangélicas, as reflexões e experiências pessoais são super valorizadas para explicar a decisão, ao menos nas falas dos fiéis. Esse valor se expressa comumente nos “testemunhos” que os fiéis, inclusive os criados em famílias evangélicas, costumam dar. Em estudos anteriores no Brasil, supunha-se que o processo de conversão individual, que resultava na ruptura com algumas crenças e comportamentos da sociedade mais ampla, estimularia a reflexividade, empoderamento e agência individual (Novaes, 1985; Mariz, 1994). Nesse sentido, a conversão implicava a adoção de pressupostos individualistas modernos e mais similares aos da sociedade global.

Por fim, coloco aqui um último comentário e questão em relação aos dados sobre o grupo estudado: a qual denominação pertencia essa igreja que se tornou judaizante? Essa curiosidade surgiu ao ler a afirmação de uma entrevistada sobre quando era evangélica: não podia usar roupas provocantes e sensuais mesmo em momentos exclusivamente íntimos com seu esposo. Essa regra de comportamento parece não ser mais compartilhada por grande parte das igrejas evangélicas atuais. Pelo que tenho observado em pesquisas qualitativas, vários grupos evangélicos não se identificariam com esse tipo de proibição. Mesmo igrejas mais conservadoras, como Assembleia de Deus, realizam os chamados “Encontros de Casais” que ensinam a valorizar o prazer da vida sexual no casamento. Inclusive, há registros de “*sex shops* evangélicos” que afirmam ter como objetivo contribuir para o fortalecimento da família ao melhorar a vida sexual do casal e, assim, reforçar seu amor e compromisso.

Os comentários acima voltaram-se, principalmente, para a pesquisa empírica, mas o valor do texto da Manoela Carpenedo vai além da riqueza dos dados que apresenta, o texto elabora uma proposta teórica. A autora traz reflexões sobre distintos modelos de análise utilizados para entender a subjetividade das mulheres, especialmente as do sul global, que aderem a religiões que são claramente contra o projeto contemporâneo de igualdade de gênero. Dentre os modelos avaliados, a autora foca no que chama de *pious women agency*, inicialmente desenvolvido por Saba Mahmood em seu estudo sobre mulheres islâmicas do Egito. Ao analisar criticamente esse modelo, Carpenedo nos ajuda a pensar sobre os limites e alcances dos argumentos de Mahmood quando se tenta aplicá-los ao caso brasileiro.

Carpenedo avalia que o modelo analítico de Mahmood não se aplica ao grupo estudado por ela (evangélicos judaizantes brasileiros), nem a outros do Brasil, por causa das diferenças entre os contextos culturais mais amplos, no caso, o brasileiro e o egípcio. Para adaptar o modelo de Mahmood ao contexto brasileiro, Carpenedo propõe redefini-lo com um adendo. Percebendo o contexto cultural brasileiro como marcado por experiências constantes de hibridizações culturais e religiosas, Carpenedo adota o termo de Prashad, “policulturalismo”, para se referir a ele. Dessa forma, sugere que o modelo de Mahmood seja ampliado e chamado de modelo “*pious polycultural*”.

Pelo que deduzi de sua proposta, a autora entende que a identidade religiosa adotada pelas mulheres pesquisadas, é uma identidade híbrida tal qual ocorreria com outras identidades comuns na sociedade e cultura brasileiras. Não ficou muito claro se, com isso, a autora concluiria que não haveria ruptura entre a identidade das pesquisadas e da cultura mais ampla. A pergunta que coloco é se a ideia de “policulturalismo”, e o pressuposto das culturas permeáveis, sem fronteiras claras, levariam à negação das experiências de “rupturas” culturais. Se sim, como a autora explicaria as falas das “nativas” que insistem em declarar rupturas com a cultura predominante na sua sociedade com a sua religião anterior? Esse tipo de relato é comum entre as evangélicas brasileiras em geral, incluindo as judaizantes.

Um último comentário se refere ao termo “piedoso” (*pious*). Em textos islâmicos (traduzidos para o português), é muito comum usar o adjetivo “piedoso” para se referir àqueles, tanto homens quanto mulheres, dedicados à sua fé. Certamente, Mahmood adota um termo nativo islâmico para evitar termos de outras tradições religiosas, por vezes etnocêntricos, como era o caso do adjetivo “fundamentalista”. Será que haveria algum termo nativo das evangélicas judaizantes que correspondesse ao piedoso islâmico?

Para concluir, tento identificar a linha de argumento que informa a maior parte de meus comentários e questões. Parto da ideia de que a adesão à cosmovisão evangélica (mesmo a judaizante) implica, para “os nativos”, romper com a identidade anterior híbrida e sincrética da sociedade brasileira mais ampla. Por exemplo, a identidade evangélica judaizante pode parecer, ao analista, híbrida, mas os que a adotam sentem-se distintos e “puros” em relação às tradições a que pertenciam antes. No caso da cosmovisão cristã evangélica, isso poderia levar a uma aproximação com o individualismo ocidental (do tipo similar ao da ética protestante e distante de sua forma contemporânea). No entanto, no caso das mulheres evangélicas judaizantes, se de fato houve um processo de conversão coletiva, e diante dos tormentos femininos relatados, não parece haver reforço ao individualismo, como observamos ocorrer com mulheres evangélicas em geral (Mariz e Machado, 1996; Mariz, 1994). Enquanto as mulheres “piedosas”

islâmicas procuram se tornar sujeitos diferentes dos ocidentais, evangélicas (incluindo as “judaizantes”) desejam ser parte da civilização judaica cristã, que seria a base do mundo ocidental (inclusive de sua dimensão secular), como argumentam Tal Asad e, também, Mahmood.

Não é possível saber ao certo, se lemos, em cada texto, o que o autor queria dizer, mas comentá-los e debatê-los ajuda a ampliar nosso entendimento. Queria, por fim, agradecer a Manoela Carpenedo por sua pesquisa e seu trabalho rico e provocador. A leitura de seu artigo me concedeu imenso prazer. Nada intelectualmente mais prazeroso do que um texto que nos faz pensar e levantar mais questões.

REFERÊNCIAS

CARPENEDO, Manoela. Piedosas e policulturais: conversão, agência e tormento moral entre mulheres evangélicas judaizantes no Brasil. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 22, n. 41, 2022.

FRESTON, P. Conclusion. Palestra no congresso *Politics and Religion in Brazil and the Americas: Evangelical Churches and their Relations with Judaism, Zionism, Israel and the Jewish Communities*. Universidade de Haifa, p. 13-15, 2020.

MACHADO, M. das D. C.; MARIZ, C. L.; CARRANZA, B. Genealogia do sionismo evangélico no Brasil. *Religião e Sociedade*, 42(2), p. 225-248, 2022.

MARIZ, C. L. *Coping with Poverty*. Philadelphia: Temple University Press, 1994.

MARIZ, C. L.; MACHADO, M das D. C. Pentecostalismo e a redefinição do feminino. *Religião e Sociedade* 17 (1/2), p. 140-159, 1996.

NOVAES, R. C. R. *Os Escolhidos de Deus*. Rio de Janeiro, Marco Zero/ISER, 1985.

Recebido em: 19/07/2022

Aprovado em: 19/07/2022

